



Professora
IANE NOBRE

Resumo

A Revista Docentes apresenta, nesta edição, uma entrevista com Ideigiane Terceiro Nobre (Iane), mestra em Ciência da Educação, com ênfase em Formação de Professores pela Universidade Interamericana (2019). Possui especialização em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e licenciatura em Letras-Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Teve atuação como Coordenadora Pedagógica na EEFM João Matos da rede de ensino estadual (2013-2015), bem como Superintendente Escolar nas Superintendências Escolares de Fortaleza- SEFOR (2015 -2016). Foi ainda Orientadora da Célula de Formação Docente(2016- 2018) na Secretaria da Educação do Estado Ceará- SEDUC. Atualmente, é Coordenadora da Coordenadoria de Gestão Pedagógica de Ensino Médio (COGEM) na SEDUC-Ce, onde é responsável pelas ações formativas, desenvolvimento do currículo e pela concepção e implementação das políticas e diretrizes para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem da rede pública estadual.

Abstract

In this edition, Revista Docentes presents an interview with Ideigiane Terceiro Nobre (Iane), master in Education Science, with an emphasis on Teacher Education from the Inter-American University (2019). He has a specialization in Pedagogical Coordination from the Federal University of Ceará (UFC) and a degree in Letters-Portuguese from the State University Vale do Acaraú. She worked as Pedagogical Coordinator at EEFM João Matos of the state education network (2013-2015), as well as School Superintendent in the School Superintendencies of Fortaleza - SEFOR (2015 -2016). at the Secretary of Education of the State of Ceará-SEDUC. She is currently Coordinator of the Coordination of Pedagogical Management of Secondary Education (COGEM) at SEDUC-Ce, where she is responsible for training actions, curriculum development and for the design and implementation of policies and guidelines for the development of teaching and learning in the public state network.

Resumen

En esta edición, Revista Docentes presenta una entrevista a Ideigiane Terceiro Nobre (lane), magíster en Ciencias de la Educación, con énfasis en Formación Docente de la Universidad Interamericana (2019). Tiene una especialización en Coordinación Pedagógica de la Universidad Federal de Ceará (UFC) y una licenciatura en Letras-Portugués de la Universidad Estatal Vale do Acaraú. Se desempeñó como Coordinadora Pedagógica en EEFM João Matos de la red educativa estatal (2013-2015), así como Superintendente Escolar en las Superintendencias Escolares de Fortaleza - SEFOR (2015-2016). en la Secretaría de Educación del Estado de Ceará-SEDUC. Actualmente es Coordinadora de la Coordinación de Gestión Pedagógica de la Educación Secundaria (COGEM) de la SEDUC-Ce, donde es responsable de las acciones de formación, desarrollo curricular y del diseño e implementación de políticas y lineamientos para el desarrollo de la enseñanza y el aprendizaje en la red pública estatal.

Docentes Entrevista – *Professora, lane Nobre, comente sobre o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Gestão Pedagógica do Ensino Médio-COGEM, enquanto agência indutora e difusora de políticas curriculares?*

lane Nobre - A Gestão Pedagógica, ela tem uma atuação muito ampla. E agora nessa gestão, ela ganhou mais um diferencial que é Gestão Pedagógica do Ensino Médio. É muito focada nas ações do ensino médio, mas que tem uma atuação muito ampla, porque o currículo envolve muitas coisas, não envolve somente a composição dos componentes curriculares com aquilo que se vai ensinar e aprender na escola. É muito amplo, uma vez que é por meio da ação curricular que se envolve e desenvolve metodologias, formações e o engajamento dos estudantes em atividades. Então, a gente acaba tendo um mundo de trabalho. Aqui, temos uma célula específica para tratar do

currículo do ensino médio como um todo. Temos equipes voltadas para inserção das competências socioemocionais nesse currículo, especialmente, voltadas para as ações de Cultura de Paz e de prevenção e valorização da vida. Temos equipes voltadas para o ensino médio noturno que tem todas as suas particularidades, como também para a Educação de Jovens e Adultos. Portanto, a questão de escolhas curriculares, elaboração de material de formação dos professores e apoio aos professores nas práticas pedagógicas tem sido, de fato, essa a função da COGEM, isto é, a de apoiar os professores na questão curricular. Nós estamos, desde 2018, no processo de elaboração curricular a partir da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, na produção de um documento curricular referencial para o estado do Ceará. O documento irá ser uma referência, como o próprio nome diz, para as escolas. Cada escola, dentro da sua proposta político-pedagógica, é quem vai definir o que de fato vai ser ensinado e

aprendido pelos estudantes. E como não podemos esquecer nunca que é dentro do estudo curricular, que se destaca a importância do método. O método é muito importante, pois não podemos só fazer uma lista de conteúdo sem pensar de que maneira isso vai chegar no estudante e do quanto é importante relacionar isso com a sua vivência e com o que está acontecendo no mundo. Então, o currículo, ele acaba que, eu gosto até de dizer isso, precisando ser escrito a lápis, porque você fica a toda hora acrescentando, mexendo, mudando coisas. E, assim, como ele precisa ser 'escrito a lápis', o currículo precisa também ser amplo, deixando muito espaço aberto para outras visões e outras possibilidades. Precisa ser um currículo dialógico, um currículo que dialogue com aquilo que o aluno precisa aprender para vida e não, somente, destinado para realização de exames, de testes com a intenção de apenas passar de uma série para outra ou de passar em exames de seleção

para entrar na universidade. Por outras palavras, se resumimos o currículo a isso, a gente está tirando a importância da educação como um todo, pois ninguém é educado só fazer provas, a gente é educado para a vida. Essa educação é a que nos ajuda em todos os aspectos da nossa vida. Por isso, a BNCC traz a visão de educação integral. O compromisso assumido pela BNCC com a educação integral é o ponto central dessa visão que temos a respeito da organização curricular nova. É a partir do Documento Curricular Referencial do Ceará – DCRC, que se efetiva a questão desse processo de construção. Há alguma demora para isso, porque a gente está precisando criar o nosso jeito de fazer esse ensino médio proposto pela BNCC, isto é, um ensino médio que tem carga horária dedicada às habilidades e competências. Os estudantes devem ter diferentes habilidades e competências para andar por diferentes caminhos. então uma parte do currículo é igual para todo mundo. É aquele que todo mundo precisa aprender ao longo do ensino médio, ou seja, é uma parte no currículo que, para sair da educação básica, o estudante tem que saber. Contudo, há uma outra parte que é de cada pessoa, que é de escolha e aí pensamos como isso pode acontecer, mexendo com toda as bases estruturais do formato do currículo que conhecemos hoje. Portanto, não é uma coisa trivial, que se faça dentro de um prazo curto de tempo. Para isso, faz-se necessário muita discussão, muita escuta com muita reflexão e muita produção. Estamos nesse

trabalho nesse momento. Tivemos aí uma pandemia que tirou toda a nossa atenção, pois nosso esforço passou a ser o de manter o aluno vinculado à escola. Para esse aluno não perder o vínculo com a escola, a gente precisou pensar em estratégias, métodos e muita coisa, pois quando a gente fala em conteúdo, nesse período de pandemia, mais especificamente em conteúdos curriculares, foi percebido que a dificuldade de se manter um padrão era muito grande e que a não íamos poder continuar vendo o currículo da forma como víamos antes da pandemia. Então, foi realizada a parte do trabalho que já estava sendo realizado no Documento Curricular Referencial do Ceará-DCRC, isto é, foi elaborado um documento que busca indicar caminhos para aquisição de conhecimentos básicos e competências essenciais que é, na verdade, o suprassumo desse currículo. Tivemos que trabalhar só com um mínimo possível, o que não pode faltar, o que é pré-requisito. Percebemos uma boa recepção dos professores para um documento curricular padronizado, não havendo, portanto, nenhum tipo de rechaço, de má vontade dos professores. Muito pelo contrário, eles acharam que o documento subsidiou na realização do seu trabalho de reestruturação das práticas pedagógicas para esse momento difícil. Isso nos dá um bom diagnóstico de que se produziu um documento que atenda a necessidade de organização curricular das escolas. Ele vai ser bem-vindo e vai ser sim usado como referência

pelas escolas, para elaboração dos seus próprios currículos.

Docentes Entrevista – *Hoje parece premente ampliar a discussão sobre unidade e atualização de diretrizes e matrizes curriculares de referências. Gostaríamos de saber como as questões mais atuais a respeito de uma base curricular nacional implicam em mudanças significativas na organização do trabalho escolar?*

A forma como imaginamos, que essa organização pode ajudar a escola a se tornar mais equitativa e trabalhar o aluno de forma integral, são justamente as ações, as iniciativas da política de desenvolvimento de competências socioemocionais, até porque como bem dizem professores e com toda razão, eles não foram preparados para isso na universidade. Não fizeram concurso para dar aula de outra coisa, que não fosse sobre o seu componente curricular. Por essa razão, é preciso que esse professor tenha uma formação robusta que lhe dê segurança, como suporte com material estruturado, bem como um acompanhamento que lhe dê suporte para desenvolver outro tipo de atividade no currículo. É isso que a gente vem fazendo já há alguns anos, ou seja, a gente tem inserido de forma assim no currículo, isto para que a escola possa optar por incluir no seu currículo, na sua carga horária semanal de aula para os estudantes, alguns componentes curriculares que desenvolvem competências que vão para além de conteúdo das disciplinas.

Propomos fazer isto nos componentes curriculares que já temos consolidados no currículo, anteriormente, para a inserção dessas novas competências. Nós acreditamos que é necessário, a princípio, ter um tempo dedicado para isto, de forma que funcione como se fosse um componente curricular. Na verdade, não é tempo, espaço que a escola dedica ao desenvolvimento dessas competências, mas sim, inicialmente, pela primeira ideia que nos vem à mente, quando pensamos nisso em termos de relevância para se aprender e desenvolver essas competências na sociedade de hoje. Assim, pensamos não apenas como uma forma de apoiar a aprendizagem acadêmica, pois a dimensão intelectual ajuda também claro, mas principalmente porque é importante você aprender a regular suas emoções seus sentimentos, se compreender e ter relações positivas. Acreditamos que tudo isso é tão importante quanto aprender a escrever e a se referenciar em um mapa, onde muitas outras coisas se pode aprender nos outros componentes, visto que elas são de igual relevância. Então, ter-se tempo dedicado para os outros componentes e não se ter tempo dedicado para isso, não faz muito sentido. Embora o melhor cenário apresentado, vai ser um dia e, talvez, a médio e longo prazo, que tenhamos conseguido fazer com que todos os professores tenham passado por uma formação nesse aspecto. E, assim, tenham vivenciado essa experiência, de modo que as suas práticas venham ser transformadas, independente de

ele ministrar ou não esse componente. Eles vão, assim, transformando suas práticas dentro do seu próprio componente curricular. Para ilustrar, digamos; eu sou professora de química, de história ou de filosofia, ou então de língua estrangeira e no meu trabalho, eu só foco a minha atenção para o desenvolvimento de competências que chamamos, entre aspas, de cognitivas. Mas aí, eu passo por uma formação de diretor de turma ou por uma experiência de dar aula de Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais-NTPPs ou de projeto de vida, ou participo de um evento do Escola Espaço de Reflexão, então se eu participar dessas coisas que compõem a política de desenvolvimento de competências socioemocionais, a ideia desses momentos, em princípio, é que o professor transforme sua mentalidade. Dessa maneira, o professor percebe de uma outra forma a relevância do desenvolvimento das demais competências e que isso transforme a sua prática, pois aí, o material, bem como a formação mais operacional de como realizar esses componentes se tornam secundários. Pois, o primeiro ponto mesmo é que o professor realmente transforme sua mentalidade, suas práticas a partir desse momento. Pode ser que assim, futuramente, não precisaremos ter um tempo dedicado para isso, porque todos os professores irão fazer naturalmente, ou seja, eles vão colocar atividades dessa natureza dentro dos seus componentes curriculares

Docentes Entrevista – *Como a COGEM tem pensado a organização curricular das escolas como uma fonte propulsora à formação integral, qualitativa, equânime, mas também múltipla dos alunos da rede estadual de ensino?*

Pensar uma política curricular não é uma coisa trivial. É importante e, ao mesmo tempo, gigantesca. E aí, eu acho que a maior dificuldade é mesmo o alinhamento de pensamentos, porque você tem aí uma rede enorme, com milhares de professores, cada um com seu pensamento e com a sua visão. E isso é muito bom que seja assim para que haja diversidade de pensamentos, contudo é nessa diversidade que precisa ser encontrado o mínimo de unidade para poder fazer um trabalho coletivo, pois é na diversidade que tem que se encontrar uma unidade, o que não é o mesmo que uniformidade, ou seja, não é para ser todo mundo fazendo a mesma coisa. Por exemplo, a ideia de ter um currículo para o estado do Ceará, como um todo, é algo que as pessoas têm que entender, a exemplo desta assertiva: eu aceito que tenha um currículo, contanto que ele seja flexível, mas aí a BNCC não é flexível, porque ela é normativa, o que está lá é a base comum do que todos os alunos têm que aprender. No entanto, ela é flexível na metodologia, ou seja, eu posso trabalhar esse tema, desenvolver essa competência e essa habilidade partir desse objeto do conhecimento. Eu posso fazer tudo isso do meu jeito, com o meu método. Isso tudo é dentro

da escola, haja vista que o diretor, o coordenador escolar são as pessoas que orientam essa questão da organização curricular da escola. São elas que vão dar o tom, dar a medida. Então, a gente precisa alinhar as pessoas, nessa unidade mínima, para que todo mundo compreenda qual é o objetivo de ter o currículo e que elas entendam também o que está colocado lá, com todo o cuidado técnico da elaboração, compreendendo assim o cuidado técnico que houve no sentido de não ser um instrumento que limita, mas que expande oportunidades de se desenvolver bem o conteúdo dentro da escola.

Docentes Entrevista – *Quais as maiores dificuldades encontradas para quem está na linha de frente, pensando, refletindo e planejando uma política curricular?*

É perfeitamente compreensível o cansaço das pessoas, especialmente, daquelas que estão há mais tempo na educação, isso no sentido de observarem e vivenciarem políticas curriculares seguidas umas das outras, porém sem que tenham o alcance do sucesso. Enfim, políticas curriculares que só vão até a porta da escola, mas que não entram na sala de aula. São políticas curriculares que não saem da sala dos professores, da discussão, não chegam lá no nível do plano de aula. Políticas curriculares assim cansam tanto, porque as pessoas não veem elas se materializar e acabam que recorrendo a caminhos mais fáceis, como por exemplo: eu adoto um livro

porque acho bacana a forma como ele está organizado, então eu sigo o livro didático, o que não tem nenhum problema nisso. Afinal, os livros foram feitos para apoiar o professor, sendo eles aprovados e se estão adequados ao desenvolvimento da política curricular atual. Então, não há problema, porém só que quando fazemos isso, estamos restringindo as possibilidades de abordagem dos conteúdos. Então, eu acho que um desafio que precisamos vencer é o fato de estar ligado diretamente a uma habilidade que precisa ser desenvolvida e que proporciona abertura ao novo. Você pode até olhar para a BNCC e argumentar que não tem nada de novo, visto que outros currículos, outras propostas curriculares trouxeram isto. Para isto, nós os indutores da política precisamos ter paciência pedagógica, isto é, essa compreensão da realidade de que essa política se insere, no contexto atual, dessa forma. E depois da nossa paciência, precisamos da abertura dos professores para fazer uma leitura apurada, conhecendo, de fato, e vendo que aquilo dali pode de alguma maneira contribuir para a expectativa que nutrimos em relação à construção do DCRC, sendo ele um documento genuinamente cearense. Em outras palavras, construído por professores cearenses que estão dentro das escolas, vivenciando a realidade cearense e que esses professores se enxerguem nele e, assim, possam inseri-lo no seu planejamento e nas suas práticas pedagógicas.

Docentes Entrevista – *Diante de toda a difícil realidade em se avançar nas políticas educacionais no contexto atual do país, como superar os desafios que se impõem no curso da implementação de uma política curricular para que esta seja de fato exitosa?*

A rede estadual do Ceará, entendemos que ela tem uma certa maturidade de produção de coisas assim, pois quando as pessoas estão pensando alguma coisa em nível federal, a Seduc já está ali de uma forma bem ousada, experimentando, criando iniciativas. Então, temos essa cultura de criar iniciativas por conta da importância que se dá ao alinhamento nacional, que exista algum tipo de referência, algum tipo de orientação. Mas que tenha flexibilidade para podermos dar o nosso tom, a nossa cara a partir da nossa realidade. Partimos sempre da realidade da aprendizagem dos nossos estudantes, das formas que temos para proporcionar a melhoria do trabalho e de cuidar da aprendizagem desses estudantes. Para isso, a gente enxerga que a política chegando, mas se ela vem com essa abertura, essa flexibilidade, para que a gente faça do nosso jeito, ela é muito bem-vinda. Acredito que nenhuma rede vai se sentir bem de ter que implantar políticas, para as quais ela não foi convidada a contribuir ou que ela não possa adaptar a sua realidade. Então assim, a BNCC, como anteriormente já conversamos, é um documento normativo que vem como uma necessidade de realmente ser realizada. Daquele jeito, a flexibilidade está no fato de que

podemos construir o nosso currículo, pois não temos que usar o federal, até porque o federal não é currículo. Ele é só a referência e o currículo que construímos aqui é também uma referência para a escola, mas que com ela tenhamos a possibilidade de chegar mais perto da nossa realidade. Então, nesse caso, ela é muito bem-vinda. Acho que fortalece em termos de união. Aqui, no Ceará, temos um orgulho bom que é o de saber e ter a felicidade de perceber as pessoas dos outros estados usando o nosso nome. Elas destacam o que há no Ceará, como: eu quero conhecer, quero saber o que é que no Ceará faz para ter os resultados alcançados. Isso é muito legal, as pessoas olharem para a gente e ter como uma referência. Muito bom, é aí, nesse sentido, da gente se sentir orgulhoso. não é que a gente queira fazer só do nosso jeito e muito menos que a gente queira ser melhor do que o outro, do tipo eu estou bem e o outro estado não está bom, então eu fico feliz. Não é isso. Então, podemos afirmar, que é dentro dessa perspectiva, que queremos que todo mundo fique bem e que possamos dessa forma nos ajudar, contribuindo para que o país inteiro cresça e, assim, aconteça também uma unidade nacional.

Docentes Entrevista – *Na amplitude das políticas educacionais indutoras da unidade, na instância federativa, a exemplo das que fomentam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como estas são recebidas e operadas para a construção da política curricular da rede estadual de ensino cearense?*

Como já foi mencionado, o currículo é algo que está no âmbito da escola e construído partir do seu projeto político-pedagógico. Aqui, eu friso a palavra “político” porque é uma decisão dentro da realidade democrática, daquilo que as pessoas daquela escola decidiram o que é relevante, o que é importante aprender. Então, você deixar que a escola pegue um documento referencial e o utilize para montar no formato que ela entende o que é melhor para ela, por exemplo, não se trata de escolher conteúdo. Estamos, assim, não trazendo conteúdo, mas sim trazendo objetos de aprendizagem que podem desenvolver várias competências e habilidades. Nessa perspectiva, a escola define a forma como ela vai estruturar a sua matriz curricular. Isso é muito importante e necessário também. pois é a única maneira que encontramos de não fazer, porque impor currículos não é muito produtivo, Portanto, ressalta-se para o professor que está na sala de aula dele, que compreenda o que tem que fazer, que ele tem o apoio da gestão da escola para fazer as práticas, de acordo com o que foi combinado coletivamente, como o de realizar projetos e pesquisas e, assim, de ele poder fazer coisas diferentes. Essa autonomia é completamente da escola, mas ter o documento, como referência, é uma forma de apoiar a escola e, conseqüentemente, aos seus docentes nessa sua organização.

Docentes Entrevista – *Se as diretrizes nacionais são*

referenciais básicos, e necessários, o currículo é uma construção que se dá na comunidade escolar. Assim, como implementar uma política curricular que respeite a autonomia das escolas?

Na estrutura organizacional do Ceará, temos as regionais e a secretaria sede, a Seduc/Ce. Essas regionais são vinte. no interior do estado, cada uma delas compreende um grupo de municípios. Temos ainda três superintendências em Fortaleza. A capital do Ceará é dividida em seis regiões, sendo cada uma das superintendências responsável por duas regiões. Essa distribuição, com o trabalho de autonomia dos coordenadores que são responsáveis por essas regionais, Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - Credes e Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza- Sefor, faz com que essa realidade, diversidade territorial seja preservada, porque eles têm como pegar as políticas e dar o tom, criando, inovando e multiplicando dentro dos municípios da sua atuação. Isso faz com que eles trabalhem dentro das suas possibilidades, Além de existir a questão da diversidade regional, temos também a diversidade de modalidades de oferta de ensino, porque temos escolas que são regulares, só com um turno, bem como escolas de tempo integral que tem o currículo voltado para a educação profissional. Concomitante a esta realidade, temos escolas indígenas, escolas do campo, quilombolas, escolas militares e escolas diversas, além dos centros de educação de jovens e adultos. Então, a

diversidade, ela está aí de uma forma bem evidente, pois como bem falamos que cada escola é um mundo, um mundo inteiro que, por sua vez, está naquele território, naquelas condições, na estrutura física e de pessoal. Vimos, então, que temos essa diversidade toda valorizada e potencializada, quando são distribuídas as responsabilidades de implementação das políticas por essas unidades regionais, tendo em vista que são elas que conduzem de acordo com orientações e possibilidades.

Docentes Entrevista – *No ano em que a terra parou, por conta da inusitada e ameaçadora COVID- 19, quais as maiores dificuldades para se efetivar o currículo, segundo o que está proposto no Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), neste período de pandemia?*

Bom, para esse momento de pandemia, tomamos a decisão inicialmente em março, de não suspender as atividades letivas. Nós só íamos precisar ficar isolados a priori, depois distantes, mas isso fisicamente, porque o vínculo emocional, a garantia da permanência do aluno vinculado à escola e aos professores é uma coisa que, realmente, se manifestou. Como uma premissa, não fazia sentido nós deixarmos os alunos à própria sorte no momento de tanta dúvida, de tanta incerteza, de tanto medo e de tanta dificuldade diante do que a gente via acontecendo nos outros países. E países esses que foram acometidos pela doença bem antes de nós. Então, como primeiro ponto, foi essa a nossa

decisão de manter as atividades, embora sabendo que seria difícil, mas isso com uma abertura muito grande para um documento chamado plano de atividades domiciliares. Com esse plano, os professores só iam orientar o que eles iriam fazer e de aquilo iria corresponder a carga horária, sem tentar impor situações e condições muito complicadas. Para isto ser efetivado bastava que o professor garantisse a comunicação com aluno e que esse devolvesse as atividades para ele. E aí foi um universo muito rico, pois os professores criaram coisas incríveis e trouxeram a tecnologia para fazer essa interlocução com o aluno. Eles potencializaram muita coisa, assim como, descobriram muita coisa, ficando exausto. Por conta disso, a gente se deparou com uma realidade super difícil, que é a de ficar em casa e, por estar em casa, não poder estar completamente dedicado ao trabalho, com filhos, com as tarefas domésticas e isolado sem poder sair. Isto também acometidos por muitos problemas de ordem emocional, mental e estresse. Então, a passamos pelo primeiro semestre de uma forma muito dura. Tivemos um mês de férias, esse mês de férias trouxe uma possibilidade muito legal, que foi o de a gente parar um pouco para respirar e pensar de como continuar nesse caminho. Portanto, a ideia foi de proporcionar tranquilidade, de pegar os normativos, os documentos legais que foram produzidos ao longo desse tempo e de utilizá-los para dar um encaminhamento diferente. do

que fizemos no primeiro semestre que não foi dado nenhum encaminhamento. Dissemos assim continuem em articulação e vínculo com os alunos, porém não foi dito como. Aí, então, no segundo semestre, a gente tentou dizer como. Primeiro, dissemos parem tudo e façam uma jornada pedagógica e avaliem o processo nessa jornada. E tenham tempo de planejar o restante da jornada, só que agora com uma consciência da necessidade desse vínculo do aluno com a escola, bem como da necessidade de continuar buscando os estudantes ativamente. Nesse contexto, curricularmente falando, foi a matriz que limitou e que deu para o professor um universo bem menor para olhar com relação aos conteúdos, Na verdade, o que gerou muita angústia nos professores foi o fato de, nesse ano, não conseguirem ensinar para os alunos o que havia programado, em janeiro, no seu plano curricular. E a Secretaria ressaltou, não precisar, pois sabe que não dá, porém se você conseguir fazer isso daqui está ótimo. Então, essa tranquilidade e até acho que a palavra do segundo semestre foi essa de como é que conseguimos, mais do que apoiar e deixar os professores mais tranquilos para trabalhar, com menos estresse e com mais pausas e com mais possibilidades de fazer coisas que ele gosta. E pensamos como que a gente segue nesse trabalho remoto de uma forma mais tranquila. E aí a matriz de conhecimentos básicos, que é um insumo retirado da produção do DCRC, vem trazer um pouco de

tranquilidade, de visão do futuro para o professor trabalhar.

Docentes Entrevista – *Estamos prestes a retomar as aulas. Quais são as perspectivas e o que está sendo desenhado para que essa retomada aconteça da melhor forma possível?*

É assim, temos um plano de retomada. Na verdade, nós não estamos sendo pegos de surpresa, visto que, desde junho, já vínhamos preparando o plano de retomada que, a priori, foi um plano geral, com objetivos e os resultados gerais esperados, mas que careciam de algumas definições. E aí depois saíram umas cinco notas técnicas. Essas notas traziam mais orientações mais específicas sobre como a escola deveria organizar o próprio documento. Foram emitidas, logo no início do segundo semestre, em agosto, para serem trabalhadas com as escolas no período da segunda jornada pedagógica. As diretrizes traziam também muita orientação nesse sentido e o guia de possibilidades que foi pensado de como a escola pode fazer, já que ela não vai poder ter todos os alunos simultaneamente, no momento presencial. Dessa forma, a escola poderia reorganizar os agrupamentos de alunos para seguir as regras sanitárias de número limitado de alunos, por sala, e de distanciamento e tudo mais o guia traz, a exemplo de algumas perspectivas de abordagens de estratégias pedagógicas e de avaliação. Orienta a questão da lotação do professor repensado em turmas. Imaginamos uma reorganização,

em agrupamentos ou por perfil de conectividade do aluno, no caso, do aspecto presencial, por perfil de nível de aprendizagem e por perfil de participação ou outros critérios no momento remoto. Nessa perspectiva, a escola é que deve achar o que for mais conveniente, pois como está colocada no texto, tanto a discussão quanto a própria proposição para que se reflita. Documentos como esse é uma preparação no sentido de que as pessoas já projetem essa nova realidade, como agora foi definido uma data de autorização de retomada, porém de forma gradual. Precisa isso ficar bem claro, haja vista que o governador não disse que todo mundo tem que voltar no dia primeiro, ele ressaltou que estão autorizados. Estamos fazendo um trabalho, as regionais estão analisando quais escolas estão em condições de retornar, já que essas escolas precisam se preparar ainda e vão ter que precisar de um prazo maior, ou seja, elencar quais escolas não conseguem retornar as suas atividades por esses motivos. Então é a preparação, é o percurso que a gente vem fazendo de diálogo a respeito disso, enfim, é a expertise que as escolas adquiriram nesse período e com essa reflexão, pensando que, a qualquer momento, poderia haver a retomada das atividades. Agora, nessa iminência de retomada das atividades já nos próximos dias, os frutos de toda essa discussão estão sendo colhidos em algumas escolas, pois elas já estão se organizando com professores preparados para enfrentar essa nova realidade. E, é claro,

sabemos que de tudo isso provoca um temor, o que é muito natural que as pessoas tenham medo de ficar enfermas, contraindo o vírus da Covid-19. A doença provocada por esse vírus é muito violenta, contudo temos também os dados científicos evidenciados que o Governo do Ceará usa como base, são dados apresentados, com análises científicas, do efeito da curva de contaminação por efeito desse vírus. Então, precisamos manter a tranquilidade que foi gerada no início do semestre. Precisamos, portanto, manter agora, nesse finalzinho do percurso do segundo semestre, a serenidade para orientar as pessoas quanto aos cuidados sanitários, observando e obedecendo as regras de biossegurança, sendo um momento, realmente, bem proveitoso para os que vão poder retornar à escola.

Docentes Entrevista – *No Ensino Fundamental, o referencial curricular cearense já está em curso desde o início do ano, enquanto no Ensino Médio, a matriz de referência vai estar em vigor a partir do próximo ano. Diante disto, nos fale sobre os caminhos a serem seguidos para a devida efetivação da base curricular nas escolas. Ou, falando de outro modo, qual o percurso a ser trilhado pelos agentes educacionais para que de fato se promova na prática as mudanças na aprendizagem do educando que a DCRC sucinta como possibilidade?*

A priori, precisamos concluir o DCRC e submetê-lo à apreciação de professores especialistas em uma terceira consulta pública. É preciso, primeiro, que haja essa

consulta pública que é a leitura crítica de algumas instituições de ensino superior, ou seja, a leitura de pessoas que possam nos dar um parecer se ele realmente está adequado. Aí ele vai ser submetido ao Conselho Estadual, que já vem participando do processo de elaboração. Não vai ser uma novidade já que tem gente do Conselho envolvida na elaboração de uma forma muito técnica. O Conselho vai homologar ou vai devolver para ajustes. Tudo então, uma vez homologado, o DCRC vai passar pelo processo de formação dos professores para apropriação e conhecimento de como está organizado e propõe o currículo, a organização do currículo. Nas

escolas também, ele tem que passar por todo esse processo ainda, antes de que ele entre no planejamento dos professores. Isso, provavelmente, aconteça no final do mês de setembro, portanto, é esperado que haja a consulta pública ainda esse ano, porém considerado o tempo que o Conselho pode levar para homologar, é bem provável que não seja mais esse ano. Consideramos que depois de um ano de preparação dos professores, tanto para conhecerem como para serem orientados a organizar seus currículos, tanto os currículos escolares como o currículo de cada área, será como o professor vai trabalhar. Acredito que, ao

longo de 2021, a gente consiga terminar e, em 2022, o DCRC seja plenamente implementado. Acredito que sejam essas etapas que estejam faltando, para que toda a política curricular seja colocada em prática na rede estadual.
